

CRÍTICA À IDÉIA DO VALOR FUGAZ A PROPÓSITO DO VALOR DA FORÇA DE TRABALHO *

Reinaldo Antonio Carcanholo **

Uma de nossas preocupações na atualidade é o estudo da determinação teórica da magnitude do valor da força de trabalho, em um nível mais concreto de análise que aquele utilizado por Marx em "O Capital". Nesse caminho, encontramos-nos com uma concepção que se coloca como marxista, embora heterodoxa, que sustenta a inexistência de valor na força de trabalho. Em outras palavras, afirma que a força de trabalho não é uma mercadoria. Essa é a perspectiva de um artigo de Bruno Lautier¹ (que aparece nesta Revista) e de outras publicações.²

O objetivo destas notas é polemizar com essa concepção, não com a pretensão de avançar no estudo da magnitude do valor da força de trabalho, mas como um ponto de partida necessário.

Não será nosso propósito nem indicar nem discutir as diversas conclusões de Lautier nessa publicação; nesse sentido estas notas não pretendem ser uma crítica ao seu artigo. Consideramos suficiente, para nossos propósitos, discutir a base teórica de seu ponto de vista, que consiste em negar a existência de valor na força de trabalho: discutiremos então sua idéia de valor que, por certo, nada tem a ver com a teoria do valor construída por Marx. Acreditamos que, mostrada a incorreção de seu ponto de partida, perderão relevância as conclusões dele derivadas.

Uma só das implicações da referida concepção, pode ter sentido indicar aqui, pois mostrará talvez que este debate tem significação superior ao de uma simples discussão sobre sutilezas da teoria do valor. Trata-se do fato de que, ao negar-se a existência de valor na força de trabalho, nega-se ao mesmo tempo a teoria da mais-valia, da exploração capitalista. Poder-se-á inventar uma nova, mas está por ver-se até que ponto não responderia às expectativas de construção de um capitalismo reformado, menos selvagem.

Lautier é muito claro quando indica essa conseqüência de sua idéia de valor:

"As conclusões as quais eu chegarei, poderão parecer muito críticas em relação a Marx. Com efeito, uma dessas conclusões é que a teoria da mais-valia, que é, sem dúvida, o coração da teoria econômica de Marx, não é coerente."³

"Ora, o raciocínio de Marx é insatisfatório: não se pode, apesar do que ele afirma, determinar um 'valor da força de trabalho' que seria a base de uma medida da mais-valia."⁴

(*) Agradeço os comentários de meus colegas do grupo de pesquisa sobre Reprodução da Força de Trabalho, especialmente os de Manoel L. Malaguti.

(**) Do Mestrado em Economia da UFPb – Campina Grande.

(1) LAUTIER, Bruno. *Trabalho Assalariado, Socialização do Trabalhador e Estatuto de Trabalho*. Raízes. Campina Grande, pp. 5 a 17.

(2) Ver referências nas páginas seguintes.

(3) LAUTIER, B. op. cit., p. 5.

(4) Idem, p. 5.

| | | | | | |
|-------------|----------------|--------|------|---------|---------------|
| Rev. RAÍZES | Campina Grande | Ano VI | Nº 6 | 19 a 32 | Jan.86/mar.88 |
|-------------|----------------|--------|------|---------|---------------|

No referido artigo, lamentavelmente o autor não se estende sobre o assunto e não permite, portanto, mesmo que quiséssemos, uma discussão maior da questão. É verdade que no livro que escreveu em conjunto com Ramón Tortajada⁵ o assunto é tratado com maior detalhe, mas com uma perspectiva algo diferente sobre a força de trabalho.

O ARGUMENTO DE LAUTIER

Vejamos o argumento de Lautier para negar a existência de valor na força de trabalho. Na sua expressão mais resumida, consiste em negar a possibilidade de que um mesmo valor realize-se duas vezes.

Supondo que o valor da força de trabalho fosse igual (em magnitude) ao valor dos bens de consumo destruídos na sua reprodução e, portanto, aceitando que o trabalho doméstico é improdutivo desde o ponto de vista mercantil, afirma:

"(...) o valor dos bens de consumo *já* está realizado *antes* da produção da força de trabalho (...) A venda da força de trabalho, se era realização de um valor, seria a segunda realização de um mesmo valor (aquele dos bens de consumo), sem que nada, nenhum processo de trabalho socialmente reconhecido, tenha ocorrido entre estas duas realizações. Isto é totalmente incompatível com a definição que Marx dá de valor."⁶

O conteúdo do argumento, na verdade, é idêntico ao apresentado por ele mesmo em oportunidade anterior:

"A venda da força de trabalho só poderia então ser concebida como segunda realização do mesmo valor, o que seria contraditório com todas as bases da teoria que Marx elaborou sobre o valor."⁷

A primeira vista o argumento poderia parecer pouco relevante, sem maior significado, uma vez que em Marx (e adiantamos nossa opinião) a realização do mesmo valor, mais de uma vez, não é um problema teórico.

No entanto para Lautier ele é decisivo, definitivo. Isso porque, a despeito de que o autor sugere basear-se na própria teoria do valor de Marx, o que ele faz é partir de uma idéia de valor absolutamente estranha a esse autor. A essa idéia de valor, nós cremos poder chamá-la de *idéia do valor fugaz* e a ela dedicaremos algumas observações posteriormente.

É verdade que Lautier também coloca a possibilidade de entender-se que a magnitude do valor da força de trabalho seria igual a magnitude do valor dos meios de consumo, somado ao suposto valor produzido pelo trabalho doméstico necessário a reprodução da mesma. Dessa maneira, o trabalho doméstico seria produtivo.

No entanto, o autor descarta essa possibilidade, pois a considera incompatível com a teoria de Marx e afirma:

"Marx abandona esta primeira possibilidade, em razão de ter afirmado que 'qualquer um que, por seu produto, satisfaz suas próprias necessidades não cria

(5) LAUTIER, B. et TORTAJADA, R. *École, Force de Travail et Salarariat. Matériaux pour une Critique de l'Économie de l'Éducation*. Presses Universitaires de Grenoble/François Maspero, Paris, 1978.

(6) LAUTIER, B. op. cit., p. 8.

(7) LAUTIER, B et TORTAJADA R. op. cit., p. 97.

mais do que valor-de-uso pessoal' e não um valor."8

Na verdade, Marx não abandona essa possível maneira de entender a determinação da magnitude do valor da força de trabalho, pois em nenhum momento a considerou. O que acontece é que Lautier, partindo da idéia de que a magnitude do valor da força de trabalho deve determinar-se da mesma maneira que a das outras mercadorias, analisa a possibilidade de que na produção daquela, os meios de consumo fossem considerados como capital constante e o trabalho doméstico como trabalho produtivo. Evidentemente chega, a partir disso, a conseqüências absurdas, mas absolutamente estranhas a Marx.⁹

Mas voltemos à questão central: ao argumento de que a força de trabalho não pode ter valor, não pode ser uma mercadoria, pois sua venda seria uma segunda realização do mesmo valor. Voltemos ao problema da idéia do valor fugaz.

A IDÉIA DO VALOR FUGAZ

Lamentavelmente não contamos com uma exposição mais ampla de Lautier sobre o que entende por valor. Nos trabalhos considerados, seu objetivo era outro e não teria por que dedicar-se mais extensivamente ao assunto. No entanto, algumas referências explícitas temos de sua opinião.

"Com efeito, para Marx, o valor é o resultado de um processo de trabalho vivo, concreto, que procura se fazer reconhecer socialmente na circulação. (...) o valor se torna socialmente real apenas na circulação, quando de sua 'realização', no momento mesmo onde ele se separa da mercadoria para voltar — sob a forma de dinheiro — ao vendedor."¹⁰

"No processo geral de determinação do valor de uma mercadoria, o valor não está constituído ao sair da produção. O trabalho concreto gasto deve fazer-se reconhecer para que o valor torne-se real (seja "realizado")" (...)11

Para Lautier, o valor só se torna real, só existe, na circulação.¹² Um valor de uso qualquer é produzido, e nesse momento o valor ainda não existe como real, ele só é um valor potencial. Imediatamente depois de vendido (comprado) ele já não tem valor, teve valor. Nas mãos do vendedor, antes da venda, o produto ainda não tem valor; nas mãos do comprador, depois da compra, ele já não tem valor; deixou de tê-lo. Um valor-de-uso só é, ao mesmo tempo, valor, no

(8) LAUTIER, B. cit., p. 8.

(9) As mesmas idéias, argumentos e conclusões, algo mais desenvolvidos, aparecem em: LAUTIER, B. et TORTAJADA, R. op. cit., p. 93 a 96.

(10) LAUTIER, B. cit., p. 8.

(11) LAUTIER, B. et TORTAJADA, R. op. cit., p. 97. O mínimo que se poderia dizer aqui é que, quando esses autores falam de valor, não se referem ao conceito tal qual foi concebido por Marx; maior diferença não poderia encontrar-se:

"Uma vez concluído o contrato entre comprador e vendedor, resulta da natureza particular do artigo (da força de trabalho, RC) alienado, que seu valor-de-uso não está ainda realmente nas mãos do comprador. Seu valor, como aquele de qualquer outra mercadoria, já estava determinado antes que ela entrasse na circulação, porque sua produção tinha exigido o dispêndio de uma certa quantidade de trabalho social". Marx, K. *Le Capital*. Editions Sociales, Paris, 1977. L 1, Cap. VI, p. 134. (M. Barcellos também colaborou comigo nas traduções do francês). Na edição em Português, Civilização Brasileira, Rio, 1980, ver. L. 1, V. 1. Cap. IV, p. 194.

(12) Ver também LAUTIER, B. cit., p. 8.

momento de sua venda-compra; somente nesse instante.

Se fosse assim, nas mãos do vendedor, o produto enfrentaria uma situação muito interessante. Marx mostra que, para aquele, o produto é um não-valor-de-uso e justamente por isso ele deseja vendê-lo.¹³ Para Lautier também é um não-valor. Nessa circunstância, curiosamente, o produto não seria nem valor-de-uso, nem valor; não seria nada.

Não podemos negar que, de certa maneira, Lautier tenha algo de razão; mas isso, exciusivamente, numa época muito primitiva na história do desenvolvimento do valor, da mercadoria, da sociedade mercantil. Nesse momento, quando ainda o valor e a mercadoria estão em fase embrionária, a circulação é o polo dominante na contradição produção/circulação. Seguramente isso é o que acontece na etapa de predomínio da forma simples do valor (o escambo), quando o intercâmbio ainda é eventual, a mercadoria tem existência efêmera, o valor é na realidade (e não só no pensamento) verdadeiramente fugaz. Neste caso, a circulação é tão dominante sobre a produção que Marx reconhece que a própria magnitude do valor está determinada pela grandeza do valor-de-troca e não o inverso.¹⁴

No entanto, desde então, muita coisa aconteceu na história. Entre a época do domínio da forma simples do valor e o atual capitalismo desenvolvido, a sociedade sofreu muitas transformações. Todo esse processo pode ser compreendido abstratamente como o processo de desenvolvimento da mercadoria, que consiste e se explica no desenvolvimento da contradição valor/valor de uso: de dominado, o valor passa progressivamente a ser dominante. Ao mesmo tempo, processa-se o desenvolvimento da contradição produção/circulação, transformando-se aquela (a produção) gradativamente em dominante. Se antes a circulação era quem fundamentalmente determinava a existência do valor, agora não, a produção tomou seu lugar.

No capitalismo atual, onde a produção domina a circulação (dominação no sentido dialético) é aquela a determinante do valor. Este existe antes de ser lançado na circulação, no momento mesmo em que é produzido o valor-de-uso. E sua existência não é potencial, ela é real. A produção de valores-de-uso é, mesmo na intenção de seus produtores, produção de valor. Trata-se na verdade de uma produção de valores, e o valor-de-uso só aparece por uma lamentável exigência do real (que aqui se contrapõe à lógica do capital). É possível que o produto não seja vendido e destrua-se; desde o ponto de vista teórico não existe nenhum problema: um valor produzido destruiu-se com o desaparecimento de sua base material (o valor-de-uso). Com o capitalismo desenvolvido, desaparece do real a fugacidade do valor; ela só poderá permanecer no pensamento.

Tratamento diferente parece ser dado por Lautier ao dinheiro: "... no momento onde ele (o valor, RC) se separa da mercadoria para voltar — sob a forma de dinheiro — ao vendedor." O dinheiro seria, assim, o único portador permanente de valor e isso seria de certa maneira coerente com sua opinião, pois esta-

(13) "Para ele (o vendedor, RC), a mercadoria não tem nenhum valor-de-uso imediato. Ao contrário, se ela o tivesse, ele não a levaria ao mercado. (...) Todas as mercadorias são não-valores-de-uso para seus possuidores (os vendedores, RC) (...)" Marx, K. *Le Capital*. ed. cit. L. 1, Cap. II, p. 77. (Na edição em Português citada, ver p. 95 e 96).

(14) Ver Marx, K. *Le Capital*. ed. cit. L. 1. Cap. I. p. 62 e Cap. II, p. 79. (Em Português, ed. cit., p. 72 e 98).

ria sempre na circulação (e o valor, para ele, só aí existe). No entanto, isso lhe produziria uma dificuldade: a) ou o dinheiro é também mercadoria e isso implicaria a existência de dois tipos diferentes de mercadoria (ao que parece, inaceitável para o autor) b) ou não o sendo e não possuindo valor-de-uso, o dinheiro seria simplesmente valor ou nada mais, nada menos que o próprio valor.

Além disso, se é verdade que "a riqueza das sociedades onde impera o regime capitalista de produção" é fundamentalmente valor, para Lautier riqueza e dinheiro confundir-se-iam.

Para os agentes da produção, isto é, para os indivíduos da sociedade, o dinheiro só pode ser visto como fetiche: sua capacidade de comprar todas as coisas do mundo parece dever-se a suas propriedades naturais, a uma lei extra-social. Lautier não está isento de uma visão fetichizada do dinheiro, só que de outro tipo: para ele só o dinheiro é portador de valor e as demais coisas mundanas, vulgares (as mercadorias), só adquirem valor no instante de seu contato com o dinheiro (no momento da compra-venda) para deixarem de tê-lo no momento imediatamente seguinte.¹⁵ O dinheiro seria um Deus todo poderoso, único possuidor eterno de valor; os simples mortais (as mercadorias) contentar-se-iam com respirar, um instante, a natureza divina (o valor), no momento em que Deus lhes tocasse a cabeça; mas Ele deve tocar a cabeça de cada um, de todos eles, uma vez e, por isso, não pode gastar mais que um instante minúsculo de tempo, cada vez menor, pois o número de mortais (das mercadorias) cresce rapidamente no tempo.

Analisemos agora a circulação do valor como capital

$$D - M \begin{cases} M_p \\ F_{dt} \end{cases} \quad \dots P \dots M' - D', \text{ e apliquemos a}$$

idéia do valor fugaz. Ali, os meios de produção, M_p , no momento imediatamente seguinte ao que são comprados, deixariam de ter valor, pois o processo de produção P está fora do âmbito da circulação (no sentido restrito). Assim, não se entenderia como M_p , sem ter valor, seria capaz de transferir (através do trabalho concreto) valor ao produto final. O capital deixaria de ser valor que circula de

(15) De certa forma, Lautier parece seguir o "escocês Mac Leod":

"Ressalta de nossa análise, que é da natureza do valor das mercadorias que provém sua forma, e não ao contrário, que da forma de sua expressão na relação de troca decorra o valor e sua grandeza. (...) Os mercantilistas destacam a dimensão qualitativa da expressão do valor, conseqüentemente, a forma equivalente da mercadoria, facilmente perceptível na forma dinheiro; os modernos campeões do livre-cambismo, ao contrário, querendo se desembaraçar a qualquer preço de sua mercadoria, ressaltam, exclusivamente, a dimensão quantitativa da forma relativa do valor. Para eles, não existe, então, nem valor nem grandeza de valor fora de sua expressão na relação de troca. (...) O escocês Mac Leod, que assumiu a tarefa de vestir e adornar com um enorme requinte de erudição as confusas conjeturas econômicas de Lombardstreet — a rua dos grandes bancos de Londres — forma a síntese brilhante dos mercantilistas supersticiosos e dos espíritos fortes do livre-cambismo." Marx, K. op. cit. L. 1, Cap. I, p. 60 (em Português, ed. cit. V. 1, Cap. I, p. 69). Essa citação de Marx indicaria também que a idéia do valor fugaz teria como antecedente as concepções dos "campeões do livre-cambismo".

determinada maneira e que se valoriza; não poderia ser um valor que vai assumindo cada vez forma diferente, forma essa que cumpre função específica, cada uma delas, e que finalmente culmina com a valorização. Dessa maneira a única modalidade compreensível de capital seria justamente sua forma mais absurda, mais irracional e mistificadora: o capital a juros $D - D'$.

O aparecimento histórico do valor-capital ou, o que é a mesma coisa, a transformação do valor em capital, implica um enorme salto no desenvolvimento da contradição valor/valor-de-uso, ou da unidade mercadoria. Nesse momento inaugura-se a era do domínio completo, embora contraditório, do valor sobre o valor-de-uso, e aquele passa a adquirir status de realidade social substantiva, com movimento próprio. De mera propriedade ou característica social das mercadorias, contida nelas, transforma-se em realidade independente. De simples conteúdo passivo e subordinado às suas formas substantivas (a mercadoria e o dinheiro), o valor converte-se em agente social autônomo e com vida própria, perceptível através do seu movimento e do qual, a mercadoria e o dinheiro chegam a ser simples manifestações subordinadas.¹⁶

É justamente no ciclo do capital industrial que o valor revela claramente sua vida autônoma, seu movimento próprio e sua realidade substantiva, fazendo assim do fetichismo não um erro de um observador pouco atento, mas uma determinação realmente existente na sociedade capitalista.

"Aqueles que consideram a conquista de uma existência independente pelo valor, como uma pura abstração, esquecem que o movimento do capital industrial é esta abstração em ação."¹⁷

E também: "Quanto mais as revoluções do valor se fazem agudas e frequentes, mais o movimento do valor torna-se independente e automático, com a potência de um processo elementar da natureza (...) Essas revoluções periódicas do valor confirmam, então, o que elas pareciam refutar: a existência independente que o valor assume na qualidade de capital e que conserva e acentua pelo seu movimento."¹⁸

(16) "Mas vimos que na circulação simples completa-se uma separação formal entre as mercadorias e seu valor, que se coloca frente a elas sob o aspecto de dinheiro. Agora, o valor apresenta-se, imediatamente, como substância motriz dele mesmo, para o qual mercadoria e dinheiro não são mais do que puras formas. Ainda mais, em lugar de representar relações entre mercadorias, ele (o valor, RC) entra, por assim dizer, em relação privada consigo mesmo." Marx, K. op. cit., L. 1, Cap. IV, p. 120 (em Português, ed. cit., L. 1, V. 1, Cap. IV, p. 174).

Em outro lugar:

"O valor — diz Bailey, insurgindo-se contra o fato de que o valor atinge a independência, fato que caracteriza o modo de produção capitalista e que ele trata como ilusão de certos economistas — é uma relação entre mercadorias simultaneamente existentes, já que apenas estas mercadorias podem ser trocadas uma com outra. (...) A definição de Bailey resulta de sua confusão generalizada, que o leva a identificar valor-de-troca e valor e a não ver nenhuma diferença entre a forma do valor e o valor em si mesmo; (...) Bailey não tem a menor idéia do fato de que um valor não funciona como valor-capital e não ser sob a condição de permanecer idêntico a ele mesmo e de ser comparado a si mesmo nas diferentes fases de seu ciclo (...)." Marx, K. op. cit., L. 2, Cap. IV, p. 95 (em Português, ed. cit., L. 2, V. 3, Cap. IV, p. 108 e 109)

(17) MARX, K. op. cit., L. 2, Cap. IV, p. 94 (em Português, ed. cit. L. 2, V. 3, Cap. IV, p. 107).

(18) Idem, p. 95 (em Português, idem, 108).

Sendo assim, outra vez temos que aceitar que, de certa maneira, Lautier tel algo de razão. Sendo verdade que o dinheiro aparece como única forma independente e completa de valor e que este não tenha existência substantiva antes do nascimento do capital, o valor, nessa época, só apresenta existência indiscutível no dinheiro. Então, para Lautier, só este é o portador permanente de valor; as mercadorias o contém de maneira efêmera. Seu erro, no entanto, está em atribuir ao conceito de valor em geral, as características que apresenta na sua pré-história. Talvez isso possa ser explicado pela compulsão de tratar as categorias como se fossem estáticas, sem história, obrigando-as a encerrarem-se nas estreitas limitações de uma definição formal.

Na verdade, é muito difícil atribuir com segurança essas e outras críticas à concepção de valor de Lautier, uma vez que, como dissemos, ela não é suficientemente explícita. No entanto, uma posição similar e explícita, podemos encontrar em um artigo de De Vroey.¹⁹

Esse autor parte da afirmação de que a utilização do conceito de mercadoria está impregnado de ambiguidade e o objetivo central do seu artigo é defini-la.

Existiriam, para ele, duas acepções, uma ampla e outra restrita. No sentido amplo, mercadoria seria tudo aquilo que se transfere a outrem em troca de dinheiro e, portanto, que tem preço.²⁰ Tal acepção não lhe é aceitável.

No sentido restrito, segundo o autor, três condições deveriam ser cumpridas para que algo fosse considerado como mercadoria: a) caráter privado da decisão de produzir, b) produto de um trabalho profissional ("atividade profissional") e c) necessidade de venda efetiva.²¹

Evidentemente, com isso, a força de trabalho ficaria, a priori, excluída, uma vez que sua reprodução é resultado do trabalho doméstico e não de atividade profissional.

Mas não é só isso, o conceito de mercadoria e, portanto o de valor, só existe, para ele, no instante específico de operação compra-venda:

"No sentido restrito, o conceito de mercadoria aplica-se aos valores-de-uso apresentados no mercado, no momento específico de sua venda (...) "²²

É também: "Esta (a mercadoria, RC) como categoria teórica, não é coextensiva com a duração da vida física do valor-de-uso, que é o seu suporte material. De um lado, não se pode falar de mercadoria senão quando o valor-de-uso oferecido no mercado é efetivamente vendido. De outro lado, como incremento do estoque de valores-de-uso socializados e suporte da criação de um ingresso, a mercadoria vendida não pode ser contada mais que uma vez.²³ Em consequência, uma dada atividade de produção não pode evidentemente ser validada mais

(19) De Vroey, Michel. *Marchandise, société marchande, société capitaliste*. Um réexamen de quelques définitions fondamentales. in *Cahiers d'Économie Politique* n. 9. Éditions Anthropos. Paris, 1984, p. 109 a 135.

(20) Ver *idem*, p. 110.

(21) Ver *idem*, p. 111 e 112.

(22) *Idem*, p. 111.

(23) É evidente que as sucessivas compras-vendas de uma mesma mercadoria não podem incrementar a riqueza total, o valor total produzido. Mas essa não é a questão. (A observação foi lembrada por M. L. Malaguti).

que uma vez."²⁴

Aceitemos por um momento a tese desse autor: o valor e portanto a mercadoria só tem existência, só é real, só existe, e não potencialmente mas realmente, no momento da venda. Perguntemos agora o que é uma venda. Evidentemente trata-se de uma operação dupla: *venda por um lado e compra por outro. Trata-se de um intercâmbio: A entrega mercadoria a B, B entrega dinheiro a A.* Na verdade, esse ato implica o transcurso de certo tempo que pode ser maior ou menor, variando com muitos fatores que não nos interessam aqui. Pensando bem, para haver compra e venda não é necessário a entrega imediata do dinheiro a A; está aí o crédito para prová-lo. Pensando melhor, *tampouco é necessário a entrega da mercadoria de A para B.* Como A confia na seriedade de B, B não tem por que não chegar a confiar em A e pode perfeitamente aceitar uma certa quantidade de mercadoria específica, sem vê-la, que se encontra armazenada, sob responsabilidade de C. Assim, o ato de compra e venda simplificou-se muito; já não é necessário ver a mercadoria, *pesá-la, transferi-la de mãos, contar a quantidade de moedas de ouro ou prata correspondente ao seu preço.* Bastam duas assinaturas: uma de promessa de pagamento e outra de autorização para retirar os valores-de-uso do armazém. Evidentemente com isso o tempo necessário para a operação compra-venda reduziu-se muito.

Se levarmos ao extremo, *mas sem sair do que podemos encontrar efetivamente na realidade capitalista de hoje, a operação compra-venda não é mais que a manifestação de desejo firme, de dois agentes que por experiência prévia, confiam um no outro.* Não é necessário nem as assinaturas nos documentos referidos; pelo menos é o que acontece nas bolsas, onde os operadores realizam inúmeros atos de compra-venda em instantes de tempo. E a tecnologia, com os computadores, por exemplo, procura reduzir ainda mais esse tempo, já extremamente pequeno, necessário a uma compra-venda.

Com isso, talvez a melhor forma de negar a existência do valor seja realmente essa: a idéia do valor fugaz, nem bem surge, desaparece.²⁵ Com ela, *desaparece também a mercadoria, desaparece o valor.* Curiosamente sobrevive o preço, pois este é aquela etiqueta que se coloca sobre o valor-de-uso e que diz US\$ 1.00. Que fácil fica desterrar o valor às catacumbas mentais de filósofos do século dezanove, e ficar exclusivamente com o preço, concreto, real, observável!

Mas não é só a isso que podemos chegar. Que podemos dizer do mercado futuro? *Vendo hoje 200 ton. de cobre que só conseguirei produzir o ano que vem.* Curiosamente aqui o valor existe, é real, antes de produzir-se o valor-de-uso, *antes de tornar-se valor potencial.* O valor existe antes que seu suporte material; quando este aparece no mundo real, aquele já desapareceu há muito tempo. Curioso suporte material! E assim, a idéia do valor fugaz converte-se aqui em *idéia do valor que antes de chegar a ser potencial, foi real.* Evidentemente, nem antes nem depois da conversão isso é aceitável.

(24) Idem, p. 115. Logo se elimina do campo mercantil aquelas coisas já vendidas e também a força de trabalho.

(25) Marx utiliza a expressão "forma fugaz do valor", mas em outro sentido, referindo-se ao dinheiro como meio de troca. Ver K. Marx. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Martins Fontes, São Paulo, 1977. p. 142. Ver também idem, p. 126. (M.L. Malaguti indicou-me essas passagens).

No artigo referido, De Vroey dedica-se a desenvolver sua definição de mercadoria, inclusive relacionando, em certo momento, aquelas coisas que não seriam mercadorias. Sua coerência é louvável, na verdade, mas obriga-o a concluir, por exemplo, que o trabalho comercial, entre outros, é produtivo.

“Se os serviços da circulação resultam ser objeto de um trabalho profissional, eles entram no campo da mercadoria da mesma maneira que as outras mercadorias.”²⁶

Aceitando (por ser correta) sua conclusão de que mercadoria pode ser um bem material ou um serviço,²⁷ no que se refere ao trabalho no comércio, somos obrigados a pensar que esse autor não separa teoricamente o que é propriamente atividade comercial (realizar operações de compra-venda definidas como simples transferência legal de propriedade de uma mercadoria) das várias atividades que são cumpridas por um comerciante (transporte, fracionamento de produtos, armazenagem, embalagem, etc.; evidentemente, atividades produtivas) ou então, não tem em conta a análise de Marx no Tomo II do *Capital* sobre o ciclo do capital. Nessa análise, Marx mostra que o capital comercial não é mais que a substantivação da função M' e que essa função, que ocorre exclusivamente na circulação e que é posterior a função do capital produtivo P , não pode ser produtiva.

É possível que a idéia de valor de De Vroey, também a de mercadoria, tenha como origem sua explícita intenção de destacar o caráter social desse conceito. Tal conclusão derivaria do destaque que ele dá a uma citação de Aglietta onde este autor afirma que a mercadoria é uma relação social de troca.²⁸

Partindo da idéia de que o valor (ou a mercadoria) seja uma relação social de troca, facilmente chegaríamos à concepção do valor fugaz e, inclusive, estaríamos a um passo da identificação entre valor e valor-de-troca.

O problema é que valor não é propriamente a relação social e, menos ainda, a relação social de troca. Valor é uma característica dos produtos na sociedade capitalista; é verdade que ele é uma determinação histórica e social dos produtos, mas não a própria relação social. O certo é que valor é a manifestação, nos produtos, das particulares relações sociais de produção da sociedade mercantil. Entre ser manifestação de e ser a própria relação social, existe uma enorme diferença.

Voltemos nossa atenção agora a uma apreciação geral do artigo de De Vroey. Trata-se então de um procedimento formal e racional de definir um objeto, ou melhor, um conceito, uma idéia; a idéia de mercadoria. Feito isso, e aceitando como válido tal procedimento, é inevitável buscar na realidade aquelas coisas que atendem a essa definição; dividir as coisas da realidade em duas partes: aquelas que pertencem e aquelas que não pertencem ao campo daquela idéia. Sem poderosas razões que justifiquem essa e não outra definição, inevitavelmente estaremos caindo em um “conceito” absolutamente arbitrário e isso é o que acreditamos encontrar. As justificativas apresentadas na seção “A razão de ser de definição restrita” não parecem suficientes, sendo a terceira, absolutamente inaceitável:

(26) De Vroey, M. op. cit., p. 113

(27) Ver idem, p. 112.

(28) Ver De Vroey, op. cit. p. 116. A citação de Aglietta origina-se de M. Aglietta, *Regulación et crise du capitalisme*. Calmann-Levy, 1976, p. 142.

"A distinção (entre mercadoria no sentido amplo e restrito, RC) permite enfim lançar uma perspectiva nova e crítica sobre os fundamentos centrais da economia política marxista, a saber, sua teoria da mais-valia".²⁹

Evidentemente ninguém pode demonstrar que sua definição não é arbitrária alegando que com ela se é capaz de combater melhor seus adversários. Com isso, aproxima-se mais da demonstração de que ela é efetivamente arbitrária.

De Vroey tem um curioso procedimento. Depois de definir o que ele acredita ser mercadoria, tendo o cuidado de que a força de trabalho não esteja incluída nela, afirma que Marx comete uma incorreção na teoria da mais-valia ao tratar a força de trabalho como se fosse mercadoria:

"O erro reside na afirmação de que a força de trabalho intercambia-se por seu valor.³⁰ Há aqui um amálgama: uma não mercadoria, a que não é pertinente um princípio de equivalência, é tratada como uma mercadoria. Dos primeiros capítulos de "O Capital" até aquele no qual o salário é introduzido, um deslize é cometido. Inicialmente, o raciocínio desdobra-se num universo mercantil homogêneo, no qual só existem produtos do trabalho, todos mercadorias. Mas com a introdução da força de trabalho, o contexto do raciocínio muda. Então, dois tipos de mercadorias coexistem: de um lado o conjunto dos mercados tendo mercadorias por objeto e às quais a lógica da equivalência é pertinente e, do outro lado, o mercado da força de trabalho no qual essa lógica nada tem a fazer."³¹

Por outro lado, independente de que a definição de mercadoria considerada seja ou não arbitrária, o fato é que o procedimento é pobre se comparado com o de Marx. A crítica de De Vroey de que Marx não define, não procede. Definir mercadoria em Marx é empobrecer cientificamente sua análise.

A RIQUEZA DA CATEGORIA MERCADORIA EM MARX

No Capital, Marx parte da constatação, empiricamente observável, de que a riqueza capitalista é mercadoria. A seguir estuda-a através da observação e descobre seu valor-de-uso e seu valor. A partir de sua gênese, estuda o processo de desenvolvimento daquela categoria, que se explica pelo desenvolvimento da contradição interna valor/valor-de-uso. O desenvolvimento da forma do valor não é mais que outra face do desenvolvimento das próprias relações mercantis, ambas expressões do movimento daquela contradição interna à mercadoria.

Como movimento, processo de desenvolvimento, que é, a mercadoria não pode ser captada em toda sua dimensão por qualquer definição estática e formal. Defini-la é reduzi-la a algo acabado, quando ela é processo, movimento. É por isso que Marx nunca a define.

(29) Idem, p. 122.

(30) Para De Vroey aí está um erro: como intercambiar-se por seu valor se ela não é mercadoria, e portanto, não tem valor?

(31) Idem, p. 122. Curiosamente, De Vroey não se livra de dois mercados: um de mercadorias e outro de não-mercadorias (incluindo a força de trabalho). Talvez fosse necessário, para ele, criar o conceito de não-mercado, que existiria ao lado do mercado. Que curiosa dialética!

É verdade que poderíamos fazer sobre ela afirmações acerca de suas características mais gerais, do tipo: mercadoria é a unidade contraditória cujos polos são o valor-de-uso e o valor. No entanto seriam tão gerais quanto pouco esclarecedoras.

Durante certo tempo, não muito distante, em vários países, a moda foi desconhecer a Marx, desprezá-lo, jogar um manto de silêncio sobre sua obra. Agora, as coisas aparentemente mudaram. Hoje parece que a moda é criticá-lo: nem que para isso, o preço a pagar seja o empobrecimento do conhecimento científico. É o que a ingenuidade racionalista pretende. Ingenuidade porque talvez não seja capaz de reconhecer sua pobreza frente à análise dialética.

A mudança tática, do silêncio à crítica, não é uma novidade na história da existência de O Capital e não é novidade o fracasso de uma e de outra. O mesmo Marx sofreu em vida tal incidente:

“Os porta-vozes cultos e ignorantes da burguesia alemã experimentaram, inicialmente, fazer contra O Capital a conspiração do silêncio, já realizada em relação a meus escritos anteriores. Desde que esta tática não correspondia mais às circunstâncias atuais, eles passaram a escrever, sobre o pretexto de criticar meu livro, umas instruções *para acalmar a consciência burguesa*.³²

VOLTA À FORÇA DE TRABALHO

Voltemos agora à questão da força de trabalho em Lautier. Para esse autor realmente a força de trabalho não pode ter valor pois os bens de consumo utilizados pelo trabalhador deixam de ter valor exatamente no momento em que são por ele comprados. Como o trabalho doméstico não é socialmente reconhecido, aqueles bens de consumo não podem ser considerados meios de produção de um processo produtivo capitalista. Então a força de trabalho não é valor, nem mercadoria. É a idéia do valor fugaz.

Na verdade Lautier apresenta dois outros argumentos para negar o caráter de mercadoria da força de trabalho.³³ O primeiro consiste em afirmar que a definição (sic) de Marx sobre assalariamento excluiria a possibilidade de que o trabalhador pudesse ser proprietário de qualquer coisa para vender (“sua” força de trabalho).³⁴ O segundo, no sentido de que a força de trabalho apresenta tantas diferenças em relação à “definição” de mercadoria que não pode ser considerada como uma delas.³⁵ Veremos cada um deles.

Em relação ao primeiro argumento, Lautier diz que, no capítulo sobre a Cooperação, Marx teria afirmado que:

“(…) a força de trabalho (*puissance de travail*) é uma força coletiva e que só existe na reunião dos indivíduos. Mas esta reunião se faz sob a dominação do capital que cria a se apropria, ao mesmo tempo, da força produtiva (*force pro-*

(32) MARX, K. *Le Capital*, ed. cit., L. 1, posfácio da 2a. edição alemã, p. 18 (em Português, ed. cit., L. 1, V. 1, p. 12 e 13).

(33) Em trabalho anterior, a posição de Lautier era diferente: ele pensava a força de trabalho como uma mercadoria exterior ao capital, sem valor mas possuindo valor-de-troca. Ver LAUTIER, B. et TORTAJADA, R. op. cit. p. 98, 101 a 107.

(34) LAUTIER, B. op. cit., p. 9.

(35) Idem, p. 10.

ductive) do coletivo de trabalho. Antes do processo de trabalho (...) o assalariado não possui nada. Ele não tem nada para vender, já que sua força de trabalho (*puissance de travail*) é, como diz Marx (sic), criada pela dominação capitalista."36

Não é verdade, Marx não afirma isso. Nem poderia fazê-lo para ser coerente consigo mesmo:

"Sob este nome (capacidade de trabalho ou força de trabalho/*puissance de travail* ou *force de travail*, RC) é necessário compreender o conjunto das faculdades físicas e intelectuais que existem no corpo de um homem, na sua personalidade viva e que ele deve colocar em movimento para produzir coisas úteis,"37

Evidentemente, ninguém poderia pensar que o corpo mesmo do assalariado pertencesse ao capital antes de que este compasse a força de trabalho.

O que Marx diz, no referido capítulo sobre a Cooperação, é uma coisa completamente diferente:

"Sua cooperação (a dos trabalhadores, RC) só começa no processo de trabalho; mas lá, eles já deixaram de pertencerem-se. Desde que penetram no processo de trabalho, eles são incorporados ao capital. À medida que eles cooperam, que formam os membros de organismo ativo, não passam de um modo particular de existência do capital. A força produtiva que os assalariados empregam, funcionando como trabalhador coletivo é, por consequência, força produtiva do capital. (...) Porque a força social do trabalho não custa nada ao capital e que, por outro lado, o assalariado só a desenvolve quando seu trabalho pertence ao capital, ela parece ser uma força da qual o capital é dotado por natureza, uma força produtiva que lhe é imanente."38

Então, não é a força de trabalho (*puissance de travail* ou *force de travail*) que só existe de maneira coletiva e que portanto parece ser imanente ao capital; ela não é criada no momento do processo coletivo do trabalho. O que faz Lautier, é confundir dois conceitos absolutamente diferentes: força de trabalho (*puissance de travail* ou *force de travail*) e força produtiva do trabalho (ou capacidade produtiva do trabalho, ou produtividade do trabalho; em francês: *force productive du travail*).39

Mais grave ainda. No início do mesmo parágrafo referido por Lautier do capítulo da Cooperação, Marx é absolutamente claro e não deixa a menor dúvida sobre o assunto, isto é, sobre o que possui e o que vende o assalariado.

"O operário é proprietário de sua força de trabalho quando discute o preço de venda com o capitalista e só pode vender o que possui, sua força individual."40

Vejamos agora o segundo argumento:

(36) Idem, p. 9.

(37) MARX, K. *Le Capital*. ed. cit., L. 1. Cap. VI. p. 129 (em Português, ed. cit., L. 1, V. 1, Cap. IV, p. 187).

(38) MARX, K. op. cit., L. 1, Cap. XIII, p. 244 (em Português ed. cit., L. 1, V. 1, Cap. XI, p. 382).

(39) "Por aumento da força produtiva ou da produtividade do trabalho, entendemos, em geral, uma mudança nos procedimentos produtivos, abreviando o tempo socialmente necessário à produção de uma mercadoria (...)" Idem, L. 1, Cap. XII, p. 231 (em Português, ed. cit., L. 1, V. 1, Cap. X, p. 362)

(40) Idem, L. 1, Cap. XIII, p. 243 (em Português, ed. cit., L. 1, V. 1, Cap. XI, p. 382).

“Observa-se, sempre se atendo ao texto de Marx, que a força de trabalho acumula uma soma de especificidades em relação à definição geral da mercadoria, de forma que não se pode mais qualificá-la como tal.”⁴¹

Desprezando, por pouco relevante, o fato de que a força de trabalho sempre é consumida antes do seu pagamento,⁴² resta somente a idéia de que, se a força de trabalho não é vendida, ela não é nada⁴³ e, relacionando com isso, o fato de que o trabalhador não dispõe daquelas coisas necessárias para, por si mesmo, colocar em função sua força de trabalho.

A conclusão de Lautier é de que, então, a força de trabalho não existe nas mãos do assalariado:

“A força de trabalho (*puissance de travail*) não tem valor, assim como não tem existência nas mãos de seu suposto proprietário;⁴⁴ ela tem um preço (...) Sustentar que a força de trabalho é uma mercadoria, assimilando-a às outras mercadorias, é um subterfúgio que não pode mascarar as incoerências do raciocínio.”⁴⁵

Ao contrário do que pensa Lautier, todas as mercadorias nas mãos de seus vendedores não têm valor-de-uso; justamente por isso são vendidas. Nesse sentido a força de trabalho é absolutamente idêntica a todas as demais mercadorias.⁴⁶ O fato de que não tenha valor-de-uso para seus vendedores não significa que não tenha valor-de-uso social, valor-de-uso para o capital. Evidentemente, através da lógica formal, não podemos entender isso.

No entanto, é obrigatório reconhecer que a força de trabalho é uma mercadoria específica, que difere das demais em muitos aspectos. Seu aspecto característico é justamente seu valor-de-uso: capacidade de produzir valor e mais valor. O fato de que a mercadoria força de trabalho seja diferentes das demais, não introduz nenhuma novidade: existirão mercadorias exatamente iguais entre si?

A circunstância de que a força de trabalho reúna uma quantidade maior ou menor de diferenças com as demais mercadorias, só pode chegar a criar um problema formal. Se construo, no meu pensamento, uma definição arbitrária de mercadoria, de tal forma que a força de trabalho deliberadamente esteja excluída, obviamente ela não seria mercadoria. No âmbito do formal, no entanto, o problema seria facilmente solucionável inventando uma nova definição mais abrangente, onde intencionalmente estivesse incluída a força de trabalho. No entanto, o problema formal é absolutamente desprezível, pois a realidade desconhece as construções arbitrárias do pensamento.

Na verdade, a conversão da capacidade de trabalho em mercadoria força de trabalho, não se dá no pensamento. Ela é um produto histórico e reveste ca-

(41) LAUTIER, B. op. cit., 10.

(42) Idem, p. 10.

(43) Idem, p. 9.

(44) Isto é, não tem valor-de-uso.

(45) Idem, p. 10.

(46) Em outro lugar ele recorda esse fato: “Sem ser valor, a força de trabalho é no entanto mercadoria, que responde às características gerais da mercadoria: possuindo um valor-de-troca para os dois, ela é não-valor-de-uso para seu vendedor e valor-de-uso para seu comprador”. LAUTIER, B. et TORTAJADA, R. op. cit., p. 101.

racterísticas dramáticas, das quais o capítulo sobre a Acumulação Originária d'O Capital é só um exemplo; muitos outros, talvez até mais dramáticos, encontram-se na história da América Latina. A conversão da força de trabalho em mercadoria constitui uma revolução social de grandes proporções: o aparecimento histórico do capitalismo. Talvez tenha sido, depois da descoberta da agricultura, a maior revolução conhecida até agora na História.